

Eleições devem ser decididas por projetos, não pelo medo

O Convergência Brasil entende que o debate eleitoral brasileiro precisa recuperar aquilo que deveria ser sua principal finalidade: permitir que a sociedade escolha, de maneira livre e consciente, entre diferentes projetos para o futuro do país.

Faltam poucos dias para o segundo turno e o debate presidencial se organizou em torno de uma pergunta: qual candidato é mais perigoso? A campanha de um lado diz que a vitória do adversário ameaça a democracia. A do outro diz que a vitória do adversário ameaça a liberdade e a economia. Os eleitores que pensam assim têm razões, e essas preocupações merecem respeito. Mas, quando o medo vira o principal argumento, o debate empobrece e quem vota sabe cada vez menos sobre o que vai acontecer no dia seguinte à eleição.

O Convergência Brasil não tem filiação partidária e não pretende ter. Mas ser apartidário não significa ser indiferente às escolhas que o país faz. Nesta eleição, entendemos ser nosso dever dizer com clareza quais compromissos o próximo governo precisa assumir e qual projeto, a nosso ver, está mais próximo deles.

A alegação de que a candidatura de Flávio Bolsonaro representa um risco à democracia precisa ser examinada à luz da realidade institucional do país. O Brasil possui um sistema constitucional de freios e contrapesos, um Congresso Nacional independente, um Poder Judiciário com amplas competências de controle, imprensa livre e uma sociedade civil plural e atuante. Essas instituições não deixam de existir com a alternância de poder. A alternância, aliás, é parte essencial do seu funcionamento.

Nossa escolha decorre da agenda que sempre defendemos: liberdade individual, livre iniciativa, responsabilidade fiscal, produtividade, segurança jurídica, qualidade dos serviços públicos e aperfeiçoamento das instituições. Os números mostram que a condução do atual governo se afastou dessa agenda. A carga tributária bruta chegou a 32,4% do PIB em 2025, a maior da série do Tesouro Nacional, iniciada em 2010. A dívida bruta alcançou 82,9% do PIB em agosto de 2026, o nível mais alto desde 2021. Só neste ano eleitoral, as medidas criadas ou ampliadas pelo governo, entre crédito subsidiado, benefícios e renúncias, somam mais de R\$ 350

bilhões, e 94% dos benefícios anunciados até meados do ano ficaram fora do limite de gastos do arcabouço fiscal. Enquanto isso, a taxa de investimento ficou em 16,8% do PIB em 2025, abaixo do necessário para sustentar o crescimento.

O país precisa de outra direção. Entre os programas registrados no TSE, o de Flávio Bolsonaro é o que se compromete expressamente com ela: superávits primários duradouros, estabilização e redução da dívida pública, corte de ao menos dez ministérios, retomada das privatizações e redução das exceções da reforma tributária para baixar a alíquota.

Apoio, para nós, não é cheque em branco. A preservação da democracia exige respeito à Constituição, às liberdades fundamentais, à independência entre os Poderes, ao resultado das eleições e ao direito legítimo de oposição. Esperamos de Flávio Bolsonaro, como esperaríamos de qualquer governante, compromissos públicos e verificáveis: metas fiscais quantificadas, dizendo quanto o programa de corte de gastos vai economizar e qual resultado primário se buscará já em 2027, sem novas exceções ao arcabouço, critérios transparentes para indicações aos tribunais superiores e às agências reguladoras, e garantia da liberdade de expressão para apoiadores e críticos. O Convergência Brasil acompanhará esses compromissos e os cobrará publicamente, seja qual for o resultado.

*A democracia não pertence a um partido ou candidato.
Pertence à sociedade brasileira.*

O Convergência Brasil reafirma seu compromisso com uma República constitucional, uma economia livre, uma sociedade plural e instituições submetidas à lei.

O Brasil precisa discutir seu futuro com seriedade, liberdade e responsabilidade.